

5.1.9. Ministério da Integração Nacional

Para o cumprimento de suas competências legais, as ações do Ministério da Integração Nacional estão organizadas nos temas Desenvolvimento Regional, Defesa Civil e Infra-Estrutura Hídrica. Cabe ressaltar que não há destinação de uma função governamental associada à missão institucional: “Ser um agente indutor da inserção das regiões menos dinâmicas no contexto do desenvolvimento do país”. Em função disso, os Programas sob a responsabilidade do MI são associados a funções governamentais escolhidas por sua proximidade com a área da despesa em que a ação governamental é realizada.

Para a análise dos resultados da atuação do Ministério da Integração Nacional - MI, foram apontados como programas estruturantes do setor, dentre os onze programas sob a responsabilidade do MI, os Programas Desenvolvimento da Agricultura Irrigada; - Infra-Estrutura Hídrica; - Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO; - Prevenção e Preparação para Desastres e – Resposta aos Desastres; - Integração de Bacias Hidrográficas, cujas ações estão

preponderantemente associadas às seguintes funções governamentais: 06 – Segurança, 11 – Trabalho, 14 – Direitos da Cidadania, 15 – Urbanismo, 18 – Gestão Ambiental; 20 – Agricultura, 22 – Indústria, 23 – Comércio e Serviços e 28- Encargos Especiais.

Função Segurança Pública sob a Responsabilidade do MI

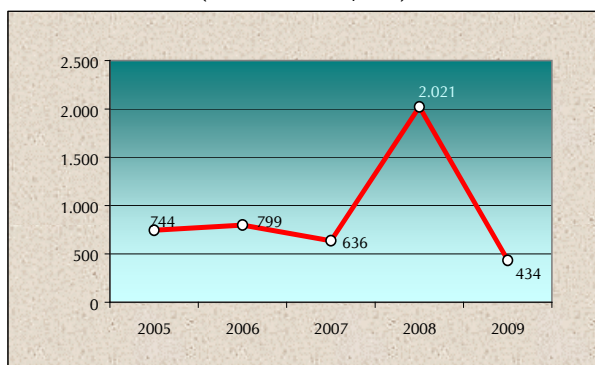
Segundo o art. 144 do Capítulo III da Constituição Federal, “a segurança pública, dever do estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”. Assim, ao Ministério da Integração Nacional compete promover um ambiente social e pacífico e garantir a integridade dos cidadãos, no que tange à segurança da população em situações de desastres. Para tanto, estão sendo desenvolvidas ações preventivas de preparação, bem como de atendimento aos afetados por desastres, seja por meio de assistência humanitária ou de reconstrução.

SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO DA FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA POR SUBFUNÇÃO SOB A RESPONSABILIDADE DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO

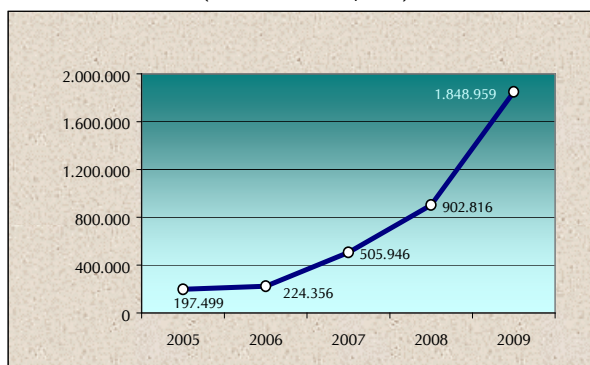
SUBFUNÇÃO	2005	2006		2007		2008		2009		2005/ 2009
	VALOR	VALOR	VAR	VALOR	VAR	VALOR	VAR	VALOR	VAR	VAR
128 - Formação de Recursos Humanos	744	799	7,4%	636	(20,4%)	2.021	217,8%	434	(78,5)%	(41,7)%
182 - Defesa Civil	197.499	224.356	13,6%	505.946	125,5%	902.816	78,4%	1.848.959	104,8%	836,2%
DESPESA TOTAL EMPENHADA	198.243	225.155	13,6%	506.582	125,0%	904.837	78,6%	1.849.393	104,4%	832,9%

Fonte: Siafi / 13.01.2010

SUBFUNÇÃO 128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
(VALORES EM R\$ MIL)



SUBFUNÇÃO 182 - DEFESA CIVIL
(VALORES EM R\$ MIL)



Com relação aos recursos financeiros aplicados nas subfunções sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, demonstrativo e gráficos anteriores, no período de 2005/2009, cabe salientar que o decréscimo ocorrido no ano de 2009, na subfunção 128 – Formação de Recursos Humanos é resultado da transferência de recursos financeiros para a Universidade Federal de Santa Catarina. Com esses recursos, foram promovidos vários eventos, destacando-se: o V Defencil;

o Curso Construindo Comunidades mais Seguras; o VI Fórum Nacional de Defesa Civil; Cinco Seminários Regionais nas macrorregiões sobre Mudança Climática e Defesa Civil, o II Seminário Internacional sobre Assistência Humanitária, a reunião do Conselho Nacional de Defesa Civil e o 1º Curso Regional de Assistência e Proteção para Respostas a Emergências Químicas, esse com a participação de 32 técnicos de 14 países da América Latina e do Caribe. Nesse ano, foram

qualificados 9.421 agentes de defesa civil. No que se refere à subfunção 182 – Defesa Civil, a evolução da execução foi de 836,2% no período 2005 a 2009, observando-se uma variação de 13,6% (2005-2006), 125,5% (2006-2007), 78,4% (2007-2008) e 104,8% (2008-2009). Em decorrência dos diversos desastres ocorridos em 2009 nos estados do Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo e Tocantins,

procedeu-se à distribuição de 625.273 cestas de alimentos para 3.126.365 afetados, bem como foram editados 1.292 reconhecimentos de anormalidades em 1.081 municípios brasileiros. No demonstrativo a seguir, pode-se observar, por programa de governo, a evolução da aplicação dos recursos em segurança pública, que no período de 2005 a 2009, tiveram um crescimento de aproximadamente 824%.

**SÉRIE HISTÓRICA, POR PROGRAMA, DA EXECUÇÃO NOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
VALORES EMPENHADOS - FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA**

em R\$ mil

PROGRAMA	OFSS	2005	2006		2007		2008		2009		2005/2009
		VALOR	VALOR	VAR	VALOR	VAR	VALOR	VAR	VALOR	VAR	
Prevenção e Preparação para Desastres	DOTAÇÃO	142.369	110.359	(22)%	262.880	138%	616.509	135%	646.566	5%	354%
	EMPENHO	35.950	43.859	22,0%	136.210	210,6%	318.765	134,0%	450.609	41,4%	1.153,4
Resposta aos Desastres e Reconstrução	DOTAÇÃO	190.130	254.547	34%	554.293	118%	1.018.306	84%	1.747.149	72%	819%
	EMPENHO	164.170	181.296	10,4%	370.371	104,3 %	586.006	58,2 %	1.399.784	138,9%	752,6
DOTAÇÃO TOTAL		332.499	364.906	10%	817.173	124%	1.634.815	100%	2.393.715	46,4%	620%
DESPESA TOTAL EMPENHADA		200.120	225.155	12,5%	506.581	125%	904.771	78,6%	1.850.393	104,5 %	824,6%

Fonte: Siafi / 13.01.2010

Ainda com relação ao demonstrativo anterior, observa-se uma evolução positiva no período de 2005 a 2009 de 1.153% na execução do Programa 1027 - Prevenção e Preparação para Desastres, correspondente a 22% (2005-2006), 210,6% (2006-2007), 134% (2007-2008), 41,4% (2008-2009).

No Programa 1027, em 2009, foram executados, na ação prioritária 8348 - Apoio a Obras Preventivas, aproximadamente 543 obras e serviços de drenagem, galeria de águas pluviais, pavimentação, contenções, barragens, casas populares, reconstrução de pontes, dentre outros, distribuídos em todo território nacional. Para realização desses projetos, foram empenhados 70% da dotação inicial, no valor de R\$ 632 milhões, provenientes do Plano de Ação e de Emendas Parlamentares, aprovados na LOA, acrescidos de R\$ 240 milhões do Decreto de 14 de janeiro de 2009, além de R\$ 250 milhões provenientes das Medidas Provisórias nºs 463 e 473. Desse total, foram cancelados R\$ 204 milhões. Quanto ao Programa 1029 - Resposta aos Desastres e Reconstrução, constata-se um crescimento na aplicação dos recursos equivalente a 752%, sendo 10,4% (2005-2006), 104,3% (2006-2007), 58,2% (2007-2008), 138,9% (2008-2009). Ressalta-se que, apesar do crescimento do volume de recursos aplicados em prevenção, ainda não se alcançou a meta desejada de a cada dólar gasto em prevenção se economizar 7 dólares em ações de resposta e reconstrução.

Função Trabalho Sob a Responsabilidade do MI

A execução orçamentária na Função Trabalho foi realizada principalmente por meio do Programa – Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO,

com a finalidade de promover a inserção produtiva e competitiva no mercado de comunidades situadas nas áreas prioritárias da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), bem como superar deficiências do capital humano necessário para a gestão compartilhada do desenvolvimento e para a estruturação e a dinamização da base produtiva regional, incluindo a absorção e a difusão de informação e tecnologia. Dessa forma os recursos alocados no PROMESO viabilizaram eventos de Organização Produtiva - EOP para a capacitação e a organização produtiva de comunidades em empreendimentos produtivos coletivos, bem como permitiu a capacitação de agentes públicos que atuarão nas organizações sociais, na atividade econômica e produtiva ou na promoção do processo de desenvolvimento territorial.

Em 2009, de acordo com a tabela a seguir, a dotação orçamentária nesta função totalizou um montante de R\$ 6.306,3 mil, dos quais R\$ 5.927,0 mil foram empenhados, correspondente a 94% da dotação, observando que o efetivamente pago, neste período, correspondeu a 5% do montante empenhado. No período foram firmados quatro convênios que somam R\$ 2.908,9 mil referentes aos recursos da União, dentre os quais pode-se destacar o de "Implantação de indústria de costura" que favorecerá o município de Formosa do Sul – RS. Esse Projeto, além de prever a aquisição dos equipamentos, também prevê a capacitação de 50 mulheres em corte, costura e vendas. Cabe observar que a alocação dos recursos para o Programa na Função Trabalho sofreu um decréscimo equivalente a 81% quando se observa a dotação de 2005 com relação à dotação de 2009.

**SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PROGRAMA
PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS – PROMESO**

em R\$ mil

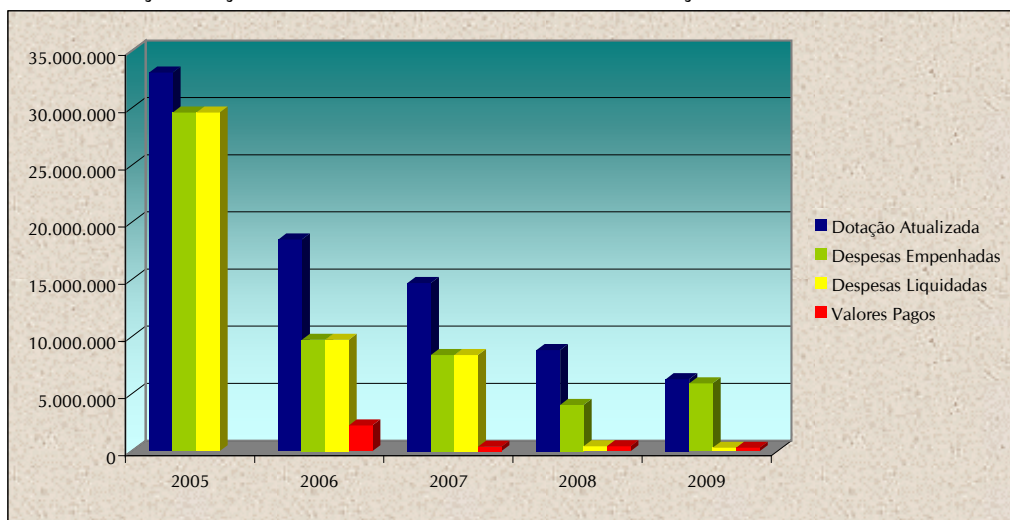
ANO	2005	2006		2007		2008		2009		2005/2009
	VALOR	VALOR	VAR	VALOR	VAR	VALOR	VAR	VALOR	VAR	VAR
DOTAÇÃO	33.118	18.523	(44)%	14.706	(21)%	8.848	(40)%	6.306	(29)%	(81)%
VALORES EMPENHADOS	29.614	9.745	(67)%	8.409	(14)%	4.037	(52)%	5.927	47%	(80)%

Fonte: Siafi / 13.01.2010

**EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PROGRAMA
PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS – PROMESO**

	2005	2006	2007	2008	2009
Dotação Atualizada	33.118.000	18.523.200	14.706.466	8.848.495	6.306.374
Despesas Empenhadas	29.614.417	9.745.112	8.408.908	4.036.828	5.927.168
Despesas Liquidadas	29.614.417	9.745.112	8.408.908	447.000	300.000
Valores Pagos		2.248.168	389.092	447.000	300.000

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA PROMESO - FUNÇÃO TRABALHO - 2005-2009



Função Urbanismo Sob a Responsabilidade do MI

Nesta função, a Administração Direta executou a ação prioritária (LDO) 6409 - Apoio à Implantação de Infra-Estrutura Social e Produtiva Complementar em Espaços Sub-Regionais, na subfunção 244 - Assistência Comunitária, incorporada ao PROMESO no ano de 2008, a fim de agilizar o processo de desenvolvimento local. Nesse sentido, pretendeu-se implantar projetos estruturantes de infra-estrutura de apoio à produção e à logística, o que inclui a construção de equipamentos

urbanos/rurais e de obras civis que articulem regionalmente os municípios de espaços sub-regionais. Em 2009, conforme demonstrativo a seguir, da dotação total de R\$ 252.231,0 mil, foram empenhados R\$ 150.102,0 mil, correspondente a 59,5% dos recursos, tendo sido firmados 41 convênios e uma descentralização, referentes aos recursos da União. Os projetos executados são de caráter essencial para a dinamização da economia local, com destaque para a construção de centros sociais, a pavimentação de estradas, a construção de pontes e passagem molhada.

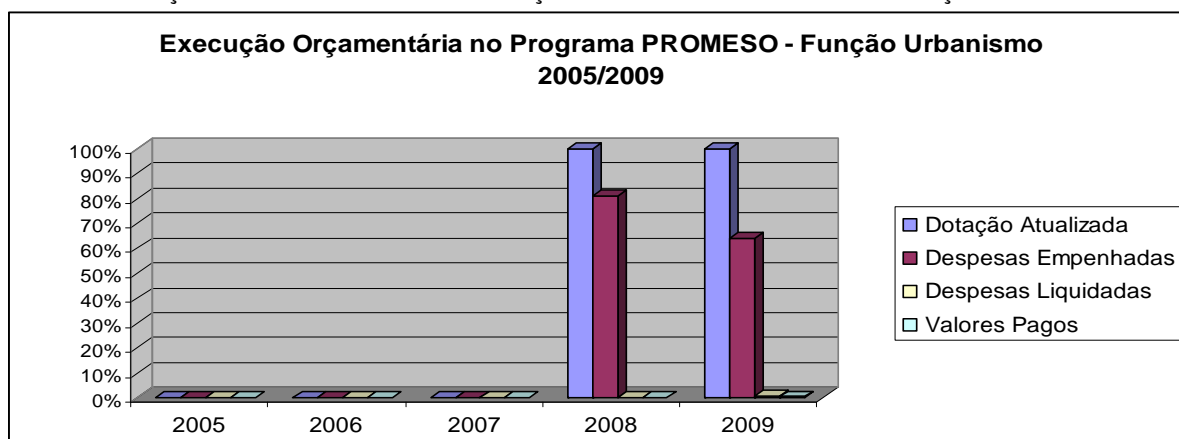
**SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO NO PROGRAMA
PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS - PROMESO NA FUNÇÃO URBANISMO**

Em R\$ mil

ANO	OFSS	2005	2006		2007		2008		2009		2005/2009
		VALOR	VALOR	VAR	VALOR	VAR	VALOR	VAR	VALOR	VAR	VAR
1025 - Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO	DOTAÇÃO	0	0	0	0	0	260.080	0	252.231	(3)%	0
	EMPENHO	0	0	0	0	0	132.168	0	150.102	14%	0

Fonte: Siafi / 13.01.2010

**EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO NO PROGRAMA
PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS - PROMESO NA FUNÇÃO URBANISMO**



Função Gestão Ambiental Sob a Responsabilidade do MI

Na função Gestão Ambiental, subfunção Recursos Hídricos, estão alocados os recursos do programa Infraestrutura Hídrica, cujo objetivo é desenvolver obras de infra-estrutura hídrica para o aumento da oferta de água de boa qualidade, e do Programa Integração de Bacias Hidrográficas, que visa aumentar a oferta de água nas bacias com baixa disponibilidade hídrica, para expansão da oferta de água de boa qualidade.

Por meio da construção de obras estruturantes, suas ações têm a finalidade de minimizar a carência de água, principalmente para consumo humano, que afeta a saúde pública e restringe as oportunidades de melhoria socioeconômica das comunidades dos espaços geográficos onde a disponibilidade desse recurso é reduzida.

No segmento Infraestrutura hídrica, que tem como objetivo a minimização dos efeitos da seca, contemplou-se a implantação de empreendimentos focados no armazenamento de recursos hídricos, por meio da construção de barragens e de canais e adutoras para a adução da água.

Com esse objetivo, 310 km de canais foram construídos e 663,3 milhões de m³ de água foram reservados com a conclusão dos projetos referentes às Barragens e Adutoras Palmeira dos Índios (AL), Capivara (PB) e Poço do Marruá (PI), ao Sistema Adutor Serra de Santana (RN) e à Barragem Setúbal (MG). Ademais, estão em andamento as obras dos seguintes projetos: Barragem Gasparino na Bahia; Barragem do Rio Arraias em Tocantins, Adutora Pirapama, Sistema Adutor Limoeiro, Adutora de Agrestina, Adutora do Agreste, Adutora do Oeste, Adutora Pajeú em Pernambuco; Sistema de Abastecimento do Sistema Norte, Barragem Peão em Minas Gerais; Adutora e Barragem Pias no Piauí; Adutora São Francisco em Sergipe; Abastecimento da Região Metropolitana de Fortaleza (Eixo de Integração Castanhão/Fortaleza) e Adutora de Ibareta no Ceará; Canal do Sertão Alagoano, Barragem e Adutora Palmeira dos Índios em Alagoas; Sistema Adutor do Congo e Adutora Acauã na Paraíba; Sistema Adutor de Alto Oeste

no Rio Grande do Norte; Barragens de Jaguari e Taquarembó no Rio Grande do Sul.

No que se refere ao Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional – PISF, enquadrado no Programa Integração de Bacias Hidrográficas, que visa possibilitar o desenvolvimento sustentável, especialmente às regiões semi-áridas do país, por meio da garantia hídrica.

Dividido em dois grandes eixos, o Leste com 220 km e o Norte com 402 km, o Projeto abrange os estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte e prevê o atendimento de 12 milhões de pessoas.

As obras do Eixo Leste nos estados de Pernambuco e Paraíba, contam com um avanço de 41,4%, com previsão de conclusão para 2010. Já no Eixo Norte, com 24% de execução, que envolve os estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, a previsão para o término das obras é o ano de 2012.

Em 2009, foram realizadas diversas intervenções, como a entrega de 86 casas em comunidades indígenas e quilombolas; sendo que das 16 Vilas Produtivas Rurais previstas para o reassentamento da população afetada pelas obras, duas estão com a construção avançada.

Na Vila Produtiva Rural de Captação, 11 casas estão concluídas e na de Junco, 55 casas prontas foram sorteadas para seus futuros moradores. Até o momento, foram gerados 9.137 empregos diretos, que favoreceram os moradores dessas Regiões.

Com relação ao período de 2005 a 2009, observa-se no demonstrativo a seguir os valores direcionados para o setor, com maior ênfase a partir de 2007, quando da implantação do PAC.

Evidencia-se ainda o alto percentual de empenho em relação à dotação em ambos os Programas. Ressalte-se que em 2009, nos Programas 0515 e 1036, os valores empenhados corresponderam a 83,8% e 99,1%, respectivamente.

SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA , POR PROGRAMA, NA FUNÇÃO GESTÃO AMBIENTAL

em R\$ mil

ANO	OFSS	2005	2006		2007		2008		2009		2005/ 2009
		VALOR	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VAR %
0515 - Infra-estrutura hídrica	DOTAÇÃO	596.023	409.301	(31)	1.163.789	184	1.256.021	8	765.840	(39)	28
	EMPENHO	331.685	193.126	(42)	1.014.986	426	1.091.046	7	641.524	(41)	93
1036 - Integração de bacias hidrográficas	DOTAÇÃO	542.178	390.166	(28)	439.202	13	1.165.066	165	1.233.183	6	127
	EMPENHO	463.762	50.762	(89)	429.969	747	1.152.421	168	1.223.502	6	164
DOTAÇÃO TOTAL		1.138.201	799.467	(30)	1.602.991	101	2.421.087	51	1.999.023	(17,4)	76
TOTAL EMPENHADO		795.447	243.888	(69)	1.444.955	492	2.243.467	55	1.865.026	(17)	134

Fonte: Siafi / 13.01.2010

Função Agricultura Sob a Responsabilidade do MI

Nesta função se inserem as ações do Programa Desenvolvimento da Agricultura Irrigada, classificadas, principalmente, na subfunção Irrigação, que visam promover a expansão das áreas irrigáveis para uso comum, com o objetivo de promover desenvolvimento regional. Essa é uma das mais efetivas ferramentas de distribuição de renda e combate à pobreza, mediante a geração de empregos e elevação da oferta de alimentos com baixos custos, na medida em que aumenta a produtividade dos fatores terra e trabalho.

Em 2009, buscou-se promover o processo de ampliação da infraestrutura necessária para expandir a produção agrícola, com a implantação de 9.646 ha, relativos aos Perímetros de Irrigação Flores de Goiás (GO), São João (TO), Marituba (AL), Salitre e Baixo de Irecê (BA), Pontal (PE), Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba – 2ª Etapa (PI) e Platôs de Guadalupe (PI). Deu-se, também, continuidade à execução dos Perímetros Várzeas de Sousa na Paraíba; Sampaio em Tocantins; Araras Norte, Tabuleiros de Russas e Baixo Acaraú no Ceará e Jacaré-Curituba em Sergipe. Além disso, ações de assistência técnica, manutenção e outras atividades necessárias foram direcionadas aos perímetros de irrigação que se encontram em operação.

Outras realizações foram alcançadas como a criação do Fórum Permanente para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Irrigada, a conclusão do Cadastro Geral de Irrigantes de Projetos Públicos de Irrigação, a realização do Seminário Nacional de Agricultura Irrigada e Desenvolvimento Sustentável.

Acrescente-se, ainda, que tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei que trata da Política Nacional de Irrigação e que já se encontra em andamento a elaboração do Plano Nacional de Capacitação em Agricultura Irrigada e os Planos Nacional e Estaduais de Irrigação.

Com relação ao período de 2005 a 2009, observa-se, no demonstrativo a seguir, os valores executados no programa Desenvolvimento da Agricultura Irrigada, com destaque para o incremento no exercício 2007, quando da implantação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

Cabe ressaltar o crescimento da dotação no período, na ordem de 211%, e do empenho que evoluiu de R\$ 83.471 mil para R\$ 569.818 mil. Em 2009, o valor empenhado correspondeu a 82,4% da dotação.

**SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO
PROGRAMA DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA NA FUNÇÃO AGRICULTURA**

Em R\$ mil

ANO	2005	2006		2007		2008		2009		2005/ 2009
	VALOR	VALOR	VAR	VALOR	VAR	VALOR	VAR	VALOR	VAR	VAR
DOTAÇÃO	222.570	215.668	(3)%	684.475	217%	864.561	26%	691.135	(20)%	211%
VALORES EMPENHADOS	83.471	126.280	51%	599.508	375%	608.551	2%	569.818	-6%	583%

Fonte: Siafi / 13.01.2010

Função Indústria Sob a Responsabilidade do MI

Na Função Indústria, executou-se no âmbito do Programa PROMESO a ação Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços Sub-Regionais, classificada na subfunção Empregabilidade, com a finalidade de desenvolver o potencial e a capacidade produtiva de empreendimentos locais, potencialmente competitivos,

visando sua inserção nas economias local, regional, nacional e internacional.

Os recursos alocados nessa ação viabilizam a estruturação ou o aprimoramento de processos produtivos e de sistemas de comercialização, mediante apoio ao aumento da competitividade de empresas, associações produtivas e outras instituições correlatas, por meio da identificação e

da implementação de oportunidades de criação e desenvolvimento de pequenos e médios empreendimentos; difusão de informações e tecnologias; fortalecimento da capacidade produtiva (inclusive com a aquisição de equipamentos); mobilização e capacitação de recursos humanos e institucionais; criação de um ambiente favorável à criação de novas oportunidades de mercado e melhoria dos sistemas de comercialização para produtos e serviços.

A função Indústria passou a ser utilizada pelo PROMESO em 2008 e já em 2009 houve um acréscimo de 60% na dotação.

Conforme evidenciado no próximo demonstrativo, em 2009 o Programa recebeu dotação orçamentária de R\$ 46.815 mil, dos quais 49,4% foram empenhados. Nesta função, a Administração Direta efetivou 41 convênios, dos quais 46% referentes a emendas, e 2 descentralizações.

A maior parte desses projetos objetivou apoiar agroindústrias locais, tanto na construção quanto na aquisição de equipamentos para impulsionar a economia

local. Em 2009, destacam-se a construção de *paking house*, casas de farinha e casas de processamento de mel e a aquisição de equipamentos agrícolas.

Por sua vez, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - Sudam apoiou, em 2009, cinco projetos, todos com o objetivo de aprimorar os processos produtivos e os sistemas de comercialização.

Para tanto, foram implantadas estruturas físicas e adquiridos equipamentos, em empreendimentos preferencialmente associativos e de caráter regional, com vistas a viabilizar o acesso às oportunidades de mercado.

Destaca-se ainda a contribuição da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, que celebrou convênio para apoio a Arranjo Produtivo Local de Ovinocaprinocultura, com o Governo do estado do Rio Grande do Norte.

O demonstrativo a seguir evidencia a execução do PROMESO na Função Indústria.

**SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA A
PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS - PROMESO NA FUNÇÃO INDÚSTRIA**

Em R\$ mil

ANO	OFSS	2005	2006		2007		2008		2009		2005/ 2009
		VALOR	VALOR	VAR	VALOR	VAR	VALOR	VAR	VALOR	VAR	VAR %
1025 - Promoção da sustentabilidade de espaços sub-regionais - PROMESO	DOTAÇÃO	0	0	0	0	0	29.309	0	46.815	60%	-
	EMPENHO	0	0	0	0	0	25.914	0	23.135	(11)%	-

Fonte: Siafi / 13.01.2010

Função Encargos Especiais Sob a Responsabilidade do MI

Nesta função, estão alocados os recursos referentes aos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte – FNO, do Centro-Oeste – FCO e do Nordeste – FNE, bem como os recursos sob supervisão do Ministério referente aos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia - FDA e do Nordeste – FDNE, que são os principais instrumentos de apoio ao setor produtivo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Por meio dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, do Nordeste - FNE e do Norte – FNO foram contratados, até novembro de 2009, financiamentos da ordem de R\$ 12,2 bilhões, o que representou um crescimento de 8,2% em relação a idêntico período de 2008. No Centro-Oeste foram contratados R\$ 2,8 bilhões em 56,1 mil operações de financiamento.

No Nordeste R\$ 7,3 bilhões em 329,1 mil operações e na Região Norte R\$ 2,1 bilhões em 40,2 mil operações. Por intermédio dos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia - FDA e do Nordeste - FDNE, voltados para o financiamento da infraestrutura e de projetos estruturadores da economia, foram contratadas, em 2009, operações da ordem de R\$ 3,1 bilhões, sendo R\$ 476 milhões na Amazônia e R\$ 2,7 bilhões no Nordeste.

Ainda com o fim de estimular investimentos para as regiões Norte e Nordeste, foram concedidos ao setor produtivo incentivos fiscais de redução do imposto de renda cuja estimativa de valor para o exercício de 2009 foi da ordem de R\$ 2,6 bilhões na área de atuação da Sudam e de R\$ 2,5 bilhões na área de atuação da Sudene.

Os investimentos apoiados com os instrumentos da Política influenciam de forma relevante a geração de emprego e renda nas regiões menos desenvolvidas do país e contribuem para o desenvolvimento do setor rural – setor que demanda a maior parte dos recursos - para a melhoria das condições de infraestrutura e para a industrialização dessas regiões.

Estima-se em mais de 770 mil os empregos gerados ou mantidos em decorrência dos financiamentos contratados no 1º semestre de 2009.

Recursos Não - Orçamentários

Fundos Fiscais de Investimentos da Amazônia e do Nordeste - FINAM e FINOR

Criados em 1974, com o objetivo de minimizar as desigualdades entre as macro regiões brasileiras, contribuem para o desenvolvimento econômico-social, respectivamente da Amazônia Legal e do Nordeste brasileiro.

Para tanto, são destinados recursos oriundos de renúncia fiscal a empresas constituídas sob a forma de sociedades anônimas, somando-se ao aporte de recursos próprios dessas empresas e eventualmente de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2009, os recursos já aplicados compõem uma carteira de 453 projetos, dos quais 357 projetos incentivados pelo Finam e 96 incentivados pelo Finor.

Em contrapartida ao apoio dos projetos, o Finam e o Finor contam com uma carteira de títulos (ações e debêntures) emitidos pelas empresas incentivadas, cuja gestão é competência do Banco da Amazônia S/A, no caso do Finam, e do Banco do Nordeste do Brasil S/A, no caso do Finor.

Diante da previsão legal de extinção da política de incentivos fiscais em 31 de dezembro de 2013, têm sido envidados esforços para dar celeridade aos atos de gestão, de modo a levar a bom termo a conclusão da carteira de projetos do Finam e do Finor, mediante a exclusão desses projetos das respectivas carteiras, seja concedendo o Certificado de Empreendimento Implantado para os bem sucedidos, seja cancelando os incentivos fiscais para os que não lograram êxito em sua implantação.

Em 2009, foram realizados 126 projetos na área de abrangência do Finam, em função do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério da Integração Nacional e o Banco da Amazônia S/A, e 27, na área de abrangência do Finor, aprovadas nove reformulações, efetivadas cinco liberações de recursos, concedidos nove Certificados de Empreendimento Implantado, instaurados 72 processos administrativos para apurar indícios de desvio de recursos, realizadas 87 análises técnicas, concluída a análise de 102 processos administrativos apuratórios, encaminhados 86 processos às Regionais das Procuradorias da União para fins de cálculo de débitos de incentivos fiscais cancelados e elaborados 25 pareceres de repactuação de debêntures, encaminhados aos bancos operadores.

Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo – FUNRES

Criado pelo Decreto Lei nº 880/69, esse é o Fundo Fiscal de Investimento específico do estado do Espírito Santo, administrado pelo Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo – Geres, órgão colegiado vinculado ao Ministério da Integração Nacional, operacionalizado pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo – Bandes.

Instituído com base em renúncia fiscal, por meio de fontes de origem federal e estadual, fundamentado pelas opções de parcelas do IRPJ e ICMS realizadas por empresas capixabas, o Funres inovou o conceito de fundo misto, direcionando recursos financeiros a uma mesma conta de aplicações.

Na modalidade de subscrição de debêntures, o Funres apoiou em 2009 a implantação de um novo projeto na área de metalurgia, comprometendo recursos da ordem de R\$ 5,4 milhões, como também liberou R\$ 5,8 milhões em projetos aprovados e em fase de implantação.

Além disso, foram aprovados três Relatórios de Conclusão de Projetos, o que resultou na emissão dos respectivos Certificados de Empreendimentos Implantados (CEI), um Relatório de Reformulação, um de Renegociação e abertura de um Procedimento Administrativo.

Com a destinação de recursos do ICMS para a realização de financiamentos por meio de operações de crédito, principalmente a micro e pequenos empresários, foram aprovadas 66 novas operações, resultando na liberação de R\$ 3,6 milhões.

Com esses resultados, o Funres, no exercício de 2009, liberou efetivamente o montante de R\$ 9,5 milhões, considerando as duas modalidades de apoio a projetos.

Por sua economia dependente do comércio internacional, o estado do Espírito Santo, durante o ano de 2009, sofreu diretamente os impactos da crise financeira mundial, o que resultou na postergação de novos investimentos produtivos.

Cabe ressaltar, contudo, que as diversas Resoluções Normativas aprovadas adicionaram dinamismo ao acompanhamento e à fiscalização dos recursos do Fundo.